

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E
BIBLIOTECONOMIA: uma interação inadiável**
*HERITAGE EDUCATION AND LIBRARY
SCIENCE: an undelayable interaction*

Karin Kreismann Carter¹

Resumo

Disserta sobre a Educação Patrimonial e a Biblioteconomia, argumentando sobre a interação entre ambas e as possibilidades de atuação do bibliotecário como educador patrimonial. Trata do livro como documento e patrimônio histórico-cultural. Sugere a adoção de uma terminologia em Educação Patrimonial inter-relacionada com a Biblioteconomia, a Arquivologia e a Museologia. Propõe atividades em Educação Patrimonial aplicada a Biblioteconomia.

Palavras-chave

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL
BIBLIOTECONOMIA**

1 INTRODUÇÃO

A Biblioteconomia está interrelacionada a outras ciências e disciplinas - tais como a Sociologia, a Educação, a Administração de Em-

¹ Especialista em Educação e Patrimônio Histórico-Cultural. Bibliotecária no Colégio Sévigné em Porto Alegre. Graduada pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pós-graduada pelas Faculdades Portogalenses. E-mail: karinkreismann@yahoo.com.br

presas e a História, entre outras - e, como nestas, cada vez mais a inter, a trans e a multidisciplinariedade apresentam-se, mais do que como soluções, como possibilidades de criação e re-criação do conhecimento humano; uma vez que permitem a interação entre disciplinas e especialistas que até algum tempo atrás sequer cogitavam dialogar com seus pares. As ciências vêem-se, enfim, dialogando.

Essa conversação - nem sempre pacífica, mas sempre enriquecedora, visto que democrática - oferece aos pesquisadores uma gama infindável de desafios. Hoje, a construção do conhecimento é uma tarefa cotidiana impossível de ser ignorada, pois não existem mais conhecimentos hermeneuticamente arraigados.

Para os profissionais de qualquer área a educação continuada é uma exigência e um desafio, pois em um país como o Brasil (denominado 'em desenvolvimento') a obtenção de um diploma ainda é considerado um 'privilegio' e um fim em si mesmo, já que é muito árdua. Continuar estudando, buscando respostas e caminhos parece ainda mais complexo, mas a necessidade humana de conhecer permite que as dificuldades sejam minimizadas diante de cada nova descoberta ou possibilidade surgida para a ampliação do saber e da atuação profissional.

Na Biblioteconomia essa situação é ainda mais desafiadora, visto a gama de áreas congêneres com as quais ela dialoga. Como uma ciência em construção, que oferece inúmeras alternativas de atuação especializada, a Biblioteconomia exige do bibliotecário o enfrentamento deste desafio, assumindo uma atitude pró-ativa e investindo em uma formação especializada na área com a qual possui uma identificação maior.

A Educação Patrimonial apresenta-se como a mais recente área em que o bibliotecário pode atuar, sendo que contempla o olhar questionador ao passado para que em seu resgate e compreensão sejam estabelecidos laços de pertinência entre aquele que 'vê' e aquilo que é 'visto'. Caracterizada pela inter-relação entre diferentes disciplinas, a Educação Patrimonial oferece ao bibliotecário identificado com as questões de memória e patrimônio histórico-cultural uma oportunidade de atuação profissional diferenciada da práxis biblioteconômica, mas ao mesmo tempo profundamente relacionada à mesma.

Incorporando a terminologia oriunda da História - principalmente da Escola dos Anales - da Sociologia Educacional, das Artes e Ar-

quietura, bem como resignificando termos da própria Biblioteconomia; o diálogo e a interação da Biblioteconomia com a Educação Patrimonial evidencia o quanto há para pensar e fazer no cotidiano biblioteconômico.

Neste artigo pretendemos divulgar a relação inadiável entre a Educação Patrimonial e a Biblioteconomia, apresentando as possibilidades que ela oferece à elaboração de um diferencial acadêmico e profissional ao bibliotecário.

2 A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: o que é

A valorização do patrimônio histórico-cultural ultrapassa a mera conservação e restauro de edifícios e monumentos públicos associados a um passado distante da população e dissociados de seu cotidiano. Mais do que de conservação e restauro, o patrimônio histórico-cultural exige conhecimento e reconhecimento. A identificação, divulgação e popularização dos lugares de memória - sejam prédios públicos, museus, monumentos, parques, bibliotecas ou arquivos - permitem o resgate e a reconstrução dos valores que engendraram a consideração destes elementos como representantes de uma memória coletiva. É a interação, mais do que a contemplação, que possibilita ao ser humano a valorização do patrimônio histórico-cultural.

A Educação Patrimonial é uma área recente no Brasil, introduzida formalmente “a partir do 1º Seminário em 1983, no Museu Imperial, em Petrópolis, Rio de Janeiro. É inspirada no trabalho pedagógico desenvolvido na Inglaterra sob a designação *Heritage Education*” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 5).

Em seu Guia de Educação Patrimonial, Horta, Grunberg e Monteiro explicitaram o conceito, a metodologia e as atividades em Educação Patrimonial. Esta obra, mais do que um guia é um documento que institucionaliza a Educação Patrimonial no Brasil, servindo como parâmetro das atividades desenvolvidas por profissionais de diferentes áreas, sendo considerada, conforme os autores, “um instrumento de alfabetização cultural que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sócio-cultural e da

trajetória histórica-temporal em que está inserido” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

Não apenas o Museu Imperial tem a Educação Patrimonial como uma prática cotidiana. Em Porto Alegre, a Educação Patrimonial é desenvolvida de formas diferenciadas em instituições como o Museu Histórico Júlio de Castilhos e o Arquivo Histórico Moysés Vellinho. Em Caxias do Sul, esta é desenvolvida no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami e no Museu Municipal da cidade, entre outros. Tais práticas atestam o crescimento da Educação Patrimonial como uma ação pedagógica para a transformação dos espaços de memória em espaços de aprendizagem dialogicista embasada em pressupostos freireanos de acordo com os quais o ser humano é um ser histórico - ou seja, um ser que faz a sua história e, como tal, tem o direito de apropriar-se do que é dito e registrado sobre ele. Diante disso, o maior diferencial oferecido pela Educação Patrimonial é o resgate e/ou o reforço da auto-estima das pessoas e das comunidades envolvidas através da valorização da diversidade cultural brasileira.

Segundo Oriá (2003),

Em termos teórico-metodológicos, a educação patrimonial se utiliza dos lugares e suportes da memória (museus, monumentos históricos, arquivos, bibliotecas, sítios históricos, vestígios arqueológicos, etc.) no processo educativo, a fim de desenvolver a sensibilidade e a consciência dos educandos e dos cidadãos para a importância da preservação desses bens culturais. A educação patrimonial nada mais é do que uma proposta interdisciplinar de ensino voltada para questões atinentes ao patrimônio cultural.

A Educação Patrimonial aborda desde a inclusão, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou de conteúdos programáticos que abordem o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico-cultural, até a realização de atividades de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e também para a comunidade.

A Educação Patrimonial, de acordo com Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 6) é

[...] um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

Para estes autores, ainda,

[...] a Educação Patrimonial é um instrumento de ‘alfabetização cultural’ que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, lavando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

As atividades desenvolvidas sob a égide da Educação Patrimonial oferecem aos envolvidos a oportunidade de acessarem informações sobre o patrimônio histórico-cultural, propiciando a identificação e o estabelecimento de elos emocionais que culminam no reconhecimento desse patrimônio como pertencente aos envolvidos; favorecendo a conscientização sobre a necessidade real de conservação e preservação deste patrimônio: ao estabelecerem laços de identidade e cidadania com os bens patrimoniais, reconhecendo-os como seus, as pessoas passam a zelar por eles.

3 A METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A Educação Patrimonial objetiva o estabelecimento de uma relação de afeto da comunidade pelo patrimônio histórico-cultural, sendo a sua metodologia aplicável aos mais variados grupos sociais e podendo ter como objeto qualquer tipo de bem cultural. Em sua simplicidade, funcionalidade, aplicabilidade e eficácia residem as maiores qualidades metodológicas da Educação Patrimonial.

Resumidamente, a metodologia da Educação Patrimonial, aplicada após a definição do objeto de estudo (tema gerador material ou imaterial), possui as seguintes etapas metodológicas, formalizadas no Guia Básico de Educação Patrimonial (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p.11):

- a) observação através de exercícios de percepção visual e sensorial, objetivando a identificação do objeto, a percepção de suas funções e significados e o desenvolvimento da percepção visual e simbólica;
- b) registro do objeto através de diferentes técnicas (desenho, descrição textual, oral, etc.), objetivando fixação do conhecimento apreendido e construído e o desenvolvimento da memória, do pensamento lógico, intuitivo e operacional;
- c) exploração do objeto, pela análise do problema, questionamento, discussão e elaboração de hipóteses, através de pesquisa em diferentes tipos de fontes, visando o desenvolvimento das capacidades analíticas e de julgamento crítico, bem como de interpretação de evidências e significados;
- d) apropriação do objeto, por meio de sua recriação, releitura, redimensionamento, enfim, por meio da reelaboração do objeto através de formas produtivas variadas: arte, dança, literatura, audiovisual, etc., visando o envolvimento emocional, a internalização

do objeto e a elaboração de laços de pertencimento em relação a este, e a conseqüente valorização deste como bem patrimonial.

Democratizando a utilização da metodologia da Educação Patrimonial, consideramos que o uso de oficinas apresenta-se como elemento fundamental para o desenvolvimento de atividades educativas em que todos os envolvidos participem do processo de construção do conhecimento.

O dialogicismo freiriano vivenciado na oficina, caracterizada como uma prática educacional autogerida, possibilita que, através do trabalho coletivo dos oficinheiros, construa-se um resultado participativo, visto que a oficina

[. . .] não fecha o circuito da exploração possível do conhecimento. Ao contrário, ela está sempre não encerrada, aberta a novos acréscimos e desdobramentos, porque cada novo grupo que com ela trabalha lhe acrescenta facetas de compreensão e investigação singulares (PEY, 1997, p.50).

A desmistificação da exigência curricular, o intercâmbio operacional e a inexistência de hierarquias formais da oficina contribuem para a vivência efetiva da educação patrimonial, principalmente porque “[...] seus produtos e autorias são necessariamente metabolizados pelos sentidos de produtos e autorias outras porque, sendo prática educativa, é prática social, processo constante, de cultura e humanização” (PEY, 1997, p. 51).

Assim, a autonomia, a liberdade e a solidariedade permeiam o trabalho na oficina, o que se aglutina indubitavelmente com os objetivos da educação patrimonial.

4 A BIBLIOTECONOMIA E O BIBLIOTECÁRIO

A cientificização da Biblioteconomia teve em Pierce Butler e Louis Round Wilson dois de seus precursores; Wilson como primeiro diretor da

Graduate Library School (University of Chicago), fundada em 1930, orientou a pesquisa na Biblioteconomia para as ciências sociais. Butler, em sua obra *Introdução à Ciência da Biblioteconomia* (1933), propôs a construção da Biblioteconomia a partir das problemáticas sociológica, psicológica e histórica, norteadoras de uma ciência biblioteconômica.

Embora a Biblioteconomia permaneça buscando um objeto específico (problema que a museologia já parece ter solucionado ao definir o fato museal como seu objeto); utilize metodologias oriundas de outras áreas; e, conceitual e terminologicamente, possa se confundir com a Ciência da Informação, adotaremos a classificação proposta pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), na qual a Biblioteconomia é considerada uma especialidade da Ciência da Informação, por sua vez denominada uma das Ciências Sociais Aplicadas (DIAS, 2000; BARBOSA et al., 2000).

O Ministério da Educação, em suas diretrizes curriculares da educação nacional, igualmente inclui a Biblioteconomia como uma das disciplinas da Ciência da Informação (BARBOSA et al., 2000, p. 82)

Considerada uma das Ciências da Informação, ao lado da Museologia e da Arquivologia, a Biblioteconomia é uma ciência em construção, apropriando-se do arcabouço metodológico de outras ciências (predominantemente humanísticas) e propondo (e discutindo) como objeto de estudo a informação registrada em diferentes suportes e sua organização e disponibilização aos usuários; características, entre outras, pertinentes ao processo de cientifização da disciplina.

Os autores divergem quanto à formulação de um conceito de biblioteconomia. O vocábulo *biblioteconomia* é composto por três elementos gregos: *biblion* (livro), *theka* (caixa) e *nomos* (regra), acrescidos do sufixo *ia*. Etimologicamente, biblioteconomia é o conjunto de regras de acordo com as quais os livros são organizados em espaços ('caixas') apropriados. (FONSECA, 1991, p.15)

Barbosa et al. (2000, P.84) consideram que o objeto de estudo da Biblioteconomia é a informação (o que permanece, como anteriormente afirmado, sendo discutido), sendo que, para os autores, o “[...] problema central da biblioteconomia sempre se constitui na seleção, aquisição, armazenamento, tratamento, disseminação, acesso e uso da informação”.

Conceitualmente (desconsiderando-se as divergências) a Biblioteconomia é definida como uma disciplina direcionada ao tratamento da informação registrada e documentada, permeada pela técnica e pelo questionamento teórico-metodológico (DIAS, 2000, p.72). Ou, como o proposto pelo Conselho Regional de Biblioteconomia da 10ª Região, é a

[...] ciência que se ocupa do conjunto de conhecimentos teóricos e técnicos indispensáveis para armazenar, recuperar e disseminar informações em qualquer tipo de veículo ou formato, para indivíduos ou grupos, de maneira ágil e dinâmica (QUEM..., [2002?]).

Atualmente, não há como manter a Biblioteconomia presa a uma concepção simplista de disciplina direcionada à organização e disponibilização de livros em bibliotecas, pois a Biblioteconomia não trata mais apenas de livros nem é praticada apenas em bibliotecas. A Biblioteconomia se ocupa de informações registradas em suportes e de todos os processos que permitem a sua sistematização, organização e disponibilização aos usuários em qualquer ambiente.

Diante disso, se o lugar primordial da práxis biblioteconômica é a biblioteca (escolar, universitária, especializada; centro de informações, centro de documentação, etc.) e a associação é imediata, a Biblioteconomia já rompeu o espaço físico desta, sendo praticada em diferentes locais (centros de documentação, centros de informação, editoras, indústrias de ponta, agências de publicidade, cinematecas, etc.) e em diferentes situações operacionais (gerenciamento, referência, indexação, desenvolvimento e manutenção de bases de dados e/ou *web sites*, etc.), inclusive em ambientes virtuais, como a Internet.

O bibliotecário atua cada vez mais como mediador entre o ser humano e a informação registrada, incentivando a leitura e a democratização do acesso à informação em seus múltiplos suportes, contribuindo para o desenvolvimento social e para a construção do conhecimento humano.

Bibliotecários são bibliotecários e são gestores; são especialistas, educadores, restauradores, bibliófilos, técnicos e/ou humanistas. Mais do que tudo são profissionais de uma ciência cotidianamente elaborada e

que dialoga com as demais. E, por isso, bibliotecários são também educadores patrimoniais, visto que também atuam com a memória. Conforme afirma Sambaquy (1972, p. 62): “[...] cumpre aos bibliotecários conviver e cultivar a memória.”

Para Nora (1993, p. 15),

O que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nós é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos Ter necessidade de nos lembrar. A “memória de papel” da qual falava Leibniz tornou-se uma instituição autônoma de museus, bibliotecas depósitos, centros de documentação, bancos de dados.

Desnecessário, mas inevitável reafirmar: Biblioteconomia e Educação Patrimonial convergem e complementam-se. E, baseado em Gonçalves (1996, p. 24), é preciso que a Biblioteconomia se aproprie do patrimônio histórico-cultural, considerando-se que

[...] apropriarmo-nos de alguma coisa implica em uma atitude de poder, de controle sobre aquilo que é objeto dessa apropriação, implicando também um processo de identificação por meio do qual um conjunto de diferenças é transformado em identidade. [...] a apropriação é entendida como uma resposta necessária à fragmentação e à transitoriedade dos objetos e valores.

Chagas (2002, p. 21-22) acredita que bibliotecas, assim como museus e arquivos “apresentam-se como lugares onde determinados bens culturais são reunidos e preservados. A preservação [...] não dispensa o uso do social”. E continua:

[...] museus, arquivos e bibliotecas guardam coisas, papéis, livros para serem usados por determinadas pessoas. Nos três casos, temos a identificação de bens culturais e a identificação de usuários, tudo

isso fazendo parte da mesma realidade e do mesmo processo histórico. Sintetizando: museus, arquivos e bibliotecas estão sustentados num trinômio composto pelos seguintes elementos: lugar e espaço; objeto, livro ou documento; usuário ou público.

Não há, assim, como negar à Biblioteconomia e ao bibliotecário o direito ao comprometimento com o patrimônio histórico-cultural, ao reconhecermos em ambos a inclinação potencial para isso.

5 O LIVRO COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL

A Biblioteconomia ocupa-se do patrimônio documental e bibliográfico da humanidade de acordo com sua práxis; sendo que Belloto (2000, p. 156), ao dissertar sobre o patrimônio documental, declara que

[...] os documentos de biblioteca são o resultado de uma criação individual ou coletiva, espontânea, de natureza científica, técnica, artística, filosófica, humanística, de entretenimento ou outra, como resultado de manifestação, pesquisa ou reflexão realizadas com a finalidade de informar, instruir, ensinar, entreter ou divulgar, geralmente registradas em suportes tradicionais ou eletrônicos, sob a forma de livros, revistas, mapas, gravuras, etc. São acumulações seletivas, formando, portanto, coleções.

Concordamos com Belloto: a Arquivologia lida com os documentos oficiais, administrativos e legais; e os museus, com a reália. E mesmo que atualmente a Biblioteconomia lide com documentos variados (inclusive eletrônicos, como o CD-ROM) o documento biblioteconômico por excelência é o livro, ainda em suporte papel, brevemente também em *e-books*.

Mais do que um documento, o livro é um veículo de disseminação de informação, um meio de comunicação social, estando presente no cotidiano humano nas mais diversas situações. O livro é um dos elementos passíveis de tombamento como patrimônio histórico-cultural,

de acordo com o Artigo 216 da Constituição Federal do Brasil, compreendido como documento disseminador de informações tanto de caráter científico-intelectual como artístico-cultural.

Embora os livros sejam tombados como patrimônio institucional em toda empresa pública e geralmente nas privadas, a preocupação patrimonial documental reside sobre o livro raro, o qual é visivelmente relevante para a cultura nacional, o que o torna merecedor de maior empenho em sua preservação.

Ao mesmo tempo, o livro raro oferece aos membros da área patrimonial uma problemática complexa e específica, visto não existirem leis que determinem diretrizes para o estabelecimento da raridade de um livro e, embora inexista uma política norteadora da área de raridade bibliográfica que padronize o tratamento dispensado ao livro raro, (havendo inclusive divergências sobre a própria determinação de raridade) especialistas e instituições procuram identificar, registrar e preservar tais livros, apesar de todas as dificuldades existentes.

No entanto, nosso foco, aqui, reside sobre o livro como documento, indiferente de sua raridade; preocupamo-nos com os livros que constituem o patrimônio bibliográfico nacional, pois García Canclini (1994, p. 100) ressalta que é “[...] prioritária a adoção de políticas para a preservação e difusão de acervos literários [...]” e Pinheiro (1989, p.21; 2002, p.383) aprofunda a discussão dessa necessidade ao considerar que para que isso ocorra são necessários vários procedimentos, tanto pela ótica do patrimônio histórico-cultural (através da unificação terminológica de conceitos até a padronização de técnicas de tratamento de acervos), quanto pela biblioteconômica (com o oferecimento de capacitação profissional aos bibliotecários para que atuem em acervos de raridades).

O patrimônio histórico-cultural de uma nação não abrange apenas edificações e monumentos ou sua tradição sócio-cultural; mas também seus bens culturais, tangíveis e intangíveis, como o conhecimento que produz, a documentação que registra esse conhecimento e suas formas de divulgação (GARCÍA CANCLINI, 1994, p. 95-96).

O patrimônio histórico-cultural pode ser interpretado como “[...] coleções de objetos móveis e imóveis, através dos quais é definida a identidade de pessoas e de coletividades como a nação, o grupo étnico, etc.” (GONÇALVES, 1988, p. 266-267).

No Brasil, a Constituição Federal, no seu Artigo 216, afirma:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...] (BRASIL, 2000, p. 145).

O mesmo artigo menciona os documentos como parte desses bens. Segundo Moreira (1993), em linguagem biblioteconômica o livro é um documento caracterizado por ausência de periodicidade e por possuir mais de 50 páginas. O autor destaca ainda uma terceira característica, que “[...] coloca o livro na posição que o notabilizou, a de suporte informacional para a preservação e transmissão dos registros do conhecimento humano” (MOREIRA, 1993, p. 15).

A Biblioteconomia, obviamente, considera o livro um documento, corroborando a sua inclusão entre os elementos passíveis de reconhecimento como patrimônio histórico-cultural, visto ser o livro um suporte documental fixador e disseminador de informações e conhecimentos produzidos pela humanidade.

A elaboração e registro de informações e conhecimentos refletem o posicionamento de seus criadores, suas formas de perceber e resolver a temática abordada, evidenciando suas diferentes identidades culturais. Neste aspecto fundamental reside a relevância do livro raro como patrimônio histórico-cultural de uma nação, pois ao registrar momentos de seu pensamento, permite que os leitores futuros possam, na leitura destes registros, conhecer e reconhecer seu passado intelectual, construindo e reconstruindo suas memórias individuais e coletivas.

García Canclini (1994, p. 95) considera que “[...] o rádio, a televisão, o cinema, os vídeos e os discos tornaram-se recursos-chave para a documentação e a difusão da própria cultura, para além das comunidades locais que a geraram.” O autor afirma também que

[...] o patrimônio não inclui apenas a herança de cada povo, as expressões ‘mortas’ de sua cultura – sítios arqueológicos, arquitetura colonial, antigos objetos em desuso -, mas também os bens culturais,

visíveis e invisíveis: novos artesanatos, línguas, conhecimentos, documentação e comunicação do que se considera apropriado através das indústria culturais. (GARCÍA CANCLINI, 1994, p. 95-96).

Analogamente o livro deve ser ai incluído também, pois o livro pode ser compreendido “[...] como objeto, pela arte de sua manufatura, como **obra de arte** ou **peça museográfica**, como suporte de registro de informações resguardadas para o futuro [...]” e ainda como “[...] função, pelo seu conteúdo, como peça utilitária, veículo de informação” (PINHEIRO, 1990, p. 48).

No entanto, seja resgatado e oferecido por quem quer que seja, é importante corroborar que o livro deve ser considerado um documento representativo da memória nacional de um país, e que como tal, deve ser passível de consideração como patrimônio histórico-cultural, por ser parte de seu patrimônio literário e intelectual.

A preservação dos livros, fontes primárias que testemunham o desenvolvimento sócio-cultural humano, bem como a sua disponibilização, garantem a transmissão da informação que permitira a construção do conhecimento para as futuras gerações.

6 A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A BIBLIOTECONOMIA

Tradicionalmente, o espaço da EP é o espaço arquivístico e/ou museológico, já que nesses espaços a atuação patrimonial é mais evidente diante dos documentos pelos quais estas instituições zelam; é mais visível aos olhos desatentos que uma certidão de nascimento ou um vaso de porcelana sejam patrimônios histórico-culturais, pois a inserção histórica destes é perceptível por sua própria funcionalidade cotidiana, seja no passado, seja no presente. Registramos nossas decisões oficiais, administrativas e legais em documentos impressos; fabricamos utensílios e equipamentos que utilizamos cotidianamente. Também documentamos nossas concepções científicas e tecnológicas em livros, revistas e CD-ROM. Para Chagas (2002, p. 15):

Nos arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus, bem como em diversos outros processos de institucionalização entre os quais incluem cinematecas, centros culturais, casas de cultura, ecomuseus, jardins botânicos e muitos mais, idéias de cultura, patrimônio e memória estão presentes e inteiramente relacionadas entre si, compondo uma espécie de amálgama conceitual. Ainda que as especificidades sejam significativas e não devam ser desprezadas, esses três termos conformam como que um campo de pertencimento comum para essas diferentes instituições.

A educação patrimonial e a biblioteconomia, como agentes da conservação de acervos documentais tais, asseguram a sua integridade e permanência, contribuindo para a conscientização dos usuários destes acervos como cidadãos responsáveis pela preservação do patrimônio histórico e cultural.

A aplicabilidade da metodologia da educação patrimonial a qualquer área de atuação, como o afirmado anteriormente, é um de seus maiores diferenciais. A Educação Patrimonial desenvolvida no arquivo e no museu recebem a nomenclatura de Educação Patrimonial em Arquivos e Educação Patrimonial em Museus. Assim como consideramos que a Biblioteconomia não se limita ao espaço da biblioteca, acreditamos que a Arquivologia e a Museologia também não se limitam aos espaços do arquivo e do museu. Ousamos propor a designação de Educação Patrimonial Arquivística, Educação Patrimonial Museológica e Educação Patrimonial Biblioteconômica (e não Educação Patrimonial em Bibliotecas) para as mesmas. Ressaltamos que nossa intenção é dissociar as disciplinas dos espaços físicos aos quais são associadas e contribuir para a percepção de que as mesmas transcendem tais espaços.

Na Biblioteconomia, sistematizamos uma adaptação que pode ser utilizada em conjunto ou separadamente, de acordo com as especificidades operacionais envolvidas, a qual denominamos **Metodologia de Educação Patrimonial Biblioteconômica**, composta pelas seguintes abordagens:

Abordagem arquitetônica: propõe como objeto/tema gerador a prédio da biblioteca.

Questionamentos propostos: localização, autoria do projeto, construção, estilo arquitetônico, histórico, etc.

Desdobramentos possíveis: biografia e/ou entrevista com o arquiteto e/ou engenheiro, obtenção da planta original do prédio, pesquisa de estilos arquitetônicos, etc.

Abordagem documental: propõe como objeto/tema gerador o acervo da biblioteca.

Questionamentos propostos: assunto(s) predominante(s), objetivos, forma de organização, tipos de documentos disponíveis, equipe funcional, origem, usuários do acervo, etc.

Desdobramentos possíveis: biografia e/ou entrevista com o responsável pela formação do acervo; pesquisa sobre a origem filosófica da organização de acervos, pesquisa sobre os tipos de documentos e suas diferenças, entrevistas com membros da equipe funcional e com usuários, etc.

Abordagem bibliográfica: propõe como objeto/tema gerador o livro (ou outro tipo de documento biblioteconômico).

Questionamentos propostos: histórico do documento, forma de fabricação, tipologia documental, uso do documento na sociedade, etc.

Desdobramentos possíveis: história do livro, editoração, tipos de livros, levantamento e visitas à editoras, biografias e/ou entrevistas com autores e/ou editores; histórico da Internet; fabricação de CD-ROM; etc.

Abordagem multidisciplinar: aglutina as anteriores, permitindo uma inter-relação maior entre as disciplinas, sendo a mais adequada para aplicação em escolas, envolvendo o corpo docente e discente, tendo o bibliotecário como mediador. A partir da seleção do tema gerador, professores e o bibliotecário promoverão oficinas nas quais as diferentes disciplinas abordarão questões pertinentes ao mesmo. Por exemplo, a partir do livro, serão trabalhados em química, a tinta; em matemática, medidas; em biologia, agentes nocivos ao papel e formas de conservação, etc. É importante ressaltar que as propostas supracitadas consideram **sempre** a utilização da metodologia de Educação Patrimonial em sua aplicabilidade.

A partir dessa metodologia de Educação Patrimonial recriada, as mais interessantes técnicas poderão ser, igualmente, adaptadas para o desenvolvimento de atividades de Educação Patrimonial Bibliote-

conômica. Em Caxias do Sul, oito projetos de Educação Patrimonial foram elaborados e desenvolvidos pelo Departamento de Memória e Patrimônio da Secretaria de Cultura de Caxias do Sul, dentre eles: Caixas de Memória, Aula no Museu, O Museu vai ao Bairro: Memórias de Dona Pina DAL BÓ; (MACHADO, 2000), são os mais próximos de atividades desenvolvidas pela Biblioteconomia (Caixas-Estante, Pesquisa Bibliográfica e Carro-Biblioteca), podendo ser redimensionadas para a Educação Patrimonial. Em Porto Alegre, no Arquivo Histórico Moysés Vellinho, temos o Projeto Vivo Toque, onde o Detetive Coruja investiga um fato histórico não elucidado (CARTERI, 2002), atividade semelhante à Hora do Conto participativa.

Propomos a Caixa-Biblioteca, onde a tradicional Caixa-Estante (em que o bibliotecário seleciona as obras) a partir do(s) tema(s) trabalhados didaticamente pelo professor solicitante incorpora a concepção da Caixa de Memória; o oficinairo (ou o ator, ou o educando, etc.) monta a sua biblioteca numa caixa de sapato, com livros por ele selecionados e, a partir destes livros e dos motivos de terem sido selecionados, infundáveis desdobramentos surgirão.

A Hora do Conto, tradicional elemento característico de bibliotecas infantis, redimensionada, possibilitará a participação efetiva dos oficinairos no desenvolvimento da história trabalhada. E, para os pré-adolescentes e adolescentes, os RPG (Role Play Game) apresentam-se como uma possibilidade inovadora de Educação Patrimonial Biblioteconômica que merece ser desenvolvida.

A Pesquisa Bibliográfica será como uma Aula na Biblioteca, cabendo ao bibliotecário, atuando como educador patrimonial, uma participação efetiva, visto que Villagrán (2000, p. 256) destaca a relevância da metodologia da Educação Patrimonial ao inverter o sistema didático tradicional, pois ao formular questionamentos anteriores às buscas de respostas, os oficinairos têm uma motivação real ao pesquisar as mesmas, o que se torna um grande motivador da pesquisa bibliográfica, geralmente feita mecanicamente, com bibliografia pré-selecionada pelo professor. Ao despertar a dúvida e estimular a busca por respostas, a pesquisa assemelha-se a um jogo de investigação e o bibliotecário amplia a sua participação como mediador e coadjuvante no processo de ensino-aprendizagem, ao lado do professor.

Finalmente, assim como o museu vai ao encontro de seu público, a biblioteca também vai, por meio do Carro-Biblioteca, que pode oferecer desde um acervo bibliográfico variado para o desenvolvimento das atividades mencionadas anteriormente ou ainda um acervo de obras raras (com cópias impressas ou digitalizadas para acesso); bem como servir de laboratório para o contato com o livro e sua elaboração básica.

7 CONCLUSÃO

A educação é uma das funções da Biblioteconomia, e, embora a educação não seja institucionalizada na biblioteca, esta é um espaço de educação informal que apóia a educação formal; sendo espaço também para a Educação Patrimonial.

A Biblioteconomia tem um compromisso com a educação através da implantação e implementação de atividades que contribuam para a eficácia educacional formal ao mesmo tempo em que, em atividades baseadas em metodologias próprias, possibilite aos usuários de bibliotecas e outros centros de informação a construção de sua identidade como cidadãos; como sujeitos históricos, articulando sentimentos, responsabilidades e conhecimentos em um ambiente onde a convivência, o debate e o respeito à diversidade sejam primordiais.

Ao utilizar as atividades propostas, o bibliotecário inovará a sua prática profissional, ao mesmo tempo em que estará corroborando a sua capacidade como educador comprometido com o patrimônio-histórico cultural nacional, possibilitando o estabelecimento de laços de pertinência entre o usuário, a biblioteca e o livro (entre o oficineiro, o ambiente e o documento).

A Educação Patrimonial permite à comunidade reapropriar-se de objetos, lugares e saberes importantes para o reconhecimento de sua cidadania. A Educação Patrimonial Biblioteconômica possibilita que a comunidade conheça e reconheça o documento - primordialmente o livro - como parte de seu patrimônio histórico-cultural. O conhecimento e o reconhecimento permitirão a conservação e a preservação do patrimônio bibliográfico nacional, ao mesmo tempo em que contribuirão para a conscientização da relevância das obras raras.

Para o bibliotecário, a Educação Patrimonial é um vasto e sedutor campo de trabalho e pesquisa, pois há muito o que descobrir e muito o que fazer. Basta reassumirmos nosso compromisso histórico com a memória e a preservação, sem que isso signifique conservadorismo e retrocesso profissional.

Abstract

This text disserts about Heritage Education and Library Science, arguing about the interaction between both and also about the possibilities of the librarian's performance as a patrimonial educator. It treats the book as a document and cultural heritage. It also suggests the adoption of a terminology in Heritage Education interrelated with Library Science, Archival Science and Museology. It proposes activities in Heritage Education applied to Library Science.

Key-words

***PATRIMONIALEDCATION
LIBRARY SCIENCE***

AGRADECIMENTO

Agradeço a minha colega e amiga
Rosane Beatriz Allegretti Borges
à normalização deste artigo.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ricardo Rodrigues et al. Novo nome e novo paradigma: da Biblioteconomia à Ciência da Informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 5, n. especial, jan./jun. 2000, p. 81-91.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Porto Alegre: Sagra e Luzatto, 2000.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. Patrimônio documental e ação educativa nos arquivos. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 27, jan./jun. 2000, p. 151-166.

CARTERI, Karin Kreismann et al. *Educação Patrimonial no Cemitério da Santa Casa de Misericórdia*. 2002. 108 f. Relatório de Conclusão de Curso (Especialização) - Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, Porto Alegre, 2002. Orientado por Véra Lucia Maciel Barroso.

CHAGAS, Mário. Cultura, patrimônio e memória. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 31, jan./jun. 2002, p. 15-29.

DAL BÓ, Juventino; MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. Memória, educação e cidadania. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 27, jan./jun. 2000, p. 259-276.

DIAS, Eduardo Wense. Biblioteconomia e Ciência da Informação: natureza e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 5, n. especial, jan./jun. 2000, p. 67-80.

FONSECA, Edson Nery da. *Introdução à Biblioteconomia*. São Paulo: Pioneira, 1992. (Manuais de estudos).

GARCÍA CANCLINI, Néstor. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. Traduzido por Maurício Santana Dias. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, [S.l.], n. 23, p. 95-115, 1994.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memórias e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. *Estudos Históricos*, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 264-275, 1988.

GONÇALVES, José Reginaldo. Patrimônio cultural e narrativas nacionais. In: _____. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; IPHAN, 1996. Cap. 1, p. 11-35.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Iphan; Rio de Janeiro: Museu Imperial, 1999.

MOREIRA, Walter. Bibliotecário, o livro e a segunda triangulação: é possível esta triangulação? *Ângulo*, [S.l.], n. 57, p. 15-16, jan./fev. 1993.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

ORIÁ, Ricardo. Educação Patrimonial: conhecer para preservar. *Positivo InfoNews*. Disponível em: <<http://www.positivo.com.br/posinfo/positivo/pinewopindo2.html>>. Acesso em: 18 fev. 2003.

PEY, Maria Oly. Oficina como modalidade educativa. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 15, n. 27, jan./jun. 1997, p. 35-63.

PINHEIRO, Ana Virginia Teixeira da Paz. *Que é livro raro?* uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica. Rio de Janeiro: Presença Edições, 1989.

_____. A Biblioteconomia de livros raros no Brasil: necessidades, problemas e propostas. *Revista de Biblioteconomia e Comunicação*, Porto Alegre, n. 5, p. 45-50, jan./dez. 1990.

_____. A preservação como disciplina acadêmica: realidade e perspectivas: uma abordagem à luz da Biblioteconomia. In: INTEGRAR CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 1, 2002, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 377-385.

QUEM é o bibliotecário? Porto Alegre: Conselho Regional de Biblioteconomia da 10ª Região, [2000 ou 2002]. Não paginado. Folheto de divulgação.

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. A biblioteca do futuro. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 1972, p. 62-68.

VILLAGRÁN, Maria Angélica. O Projeto de Educação Patrimonial da Quarta Colônia: uma leitura desde as teorias da educação. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 27, jan./jun. 2000, p. 247-258.